



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

**MINUTA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO**

**CONTRATO ADMINISTRATIVO DE EXECUÇÃO DE OBRA Nº. \_\_\_\_/2026**

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VIÇOSA E **XXXXXXXXXXXX**, EM REGIME DE EMPREITADA **EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL**, PARA **“Contratação de serviços técnicos especializados de gerenciamento e apoio à fiscalização da obra da Eta III – Turvo Limpo – Viçosa/Mg”**.

O **MUNICÍPIO DE VIÇOSA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 18.132.449/0001-79, estabelecido administrativamente no Centro Administrativo Prefeito Antônio Chequer, situado na Rua Gomes Barbosa, nº 803, Centro, Viçosa/MG, CEP 36.570-000, devidamente representado por seu Prefeito, o Sr. Ângelo Chequer, portador da Matrícula Funcional nº 6003, doravante denominado CONTRATANTE e a pessoa jurídica **XXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ sob o nº: **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, sediada na Endereço: Cep: **XXXXXXXX**, devidamente representada por seu sócio administrador, o(a) Sr(a) **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que consta no **PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 65/2026 (PROCESSO SEI 0127.0.000002981/2026-8)**, **CONCORRÊNCIA Nº 90012/2026**, e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO DO CONTRATO:**

1.1 O objeto do presente instrumento é a **“Contratação de serviços técnicos especializados de gerenciamento e apoio à fiscalização da obra da Eta III – Turvo Limpo – Viçosa/Mg”**, que será prestado nas condições estabelecidas no Termo de Referência ou Projeto básico e demais documentos técnicos que se encontram anexos ao Instrumento Convocatório do certame que deu origem a este instrumento contratual, da forma, em específico, abaixo indicada.



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

ITEM	UND	DESCRIÇÃO	VALOR TOTAL
01	SERVIÇO	“Contratação de serviços técnicos especializados de gerenciamento e apoio à fiscalização da obra da Eta III – Turvo Limpo – Viçosa/Mg”.	R\$
<b>Valor Total: R\$</b>			

1.2. Este termo de contrato vincula-se ao Instrumento Convocatório e seus anexos, identificado no preâmbulo acima, e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3 Planilha Orçamentária:

1.4 Cronograma Físico-Financeiro

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DO CONTRATO E DO PRAZO DE EXECUÇÃO DA OBRA:**

2.1. O prazo de vigência do contrato administrativo, que não se confunde com o prazo de execução da obra objeto do edital, são **de 24 (vinte e quatro) meses**, contados a **partir da data da publicação do extrato do contrato**, que ocorrerá na forma do art. 94, da Lei Federal nº 14.133/2023.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa da CONTRATADA, nos termos do artigo 111, da Lei Federal nº 14.133/2021.

2.3. Sem prejuízo do disposto no item 2.2, a gestão contratual deverá diligenciar para que, sempre que possível, seja formalizado o termo aditivo de prorrogação previamente à extinção do prazo contratual. Ainda que não haja a prorrogação tempestiva e ocorra a prorrogação automática, deverão ser adotados os procedimentos previstos no artigo 132, do Decreto Municipal nº 5.983/2023.



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

**2.4. O prazo para a execução da obra será de até 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir da data da ORDEM DE SERVIÇOS emitida pela Secretaria Municipal de Planejamento, Mobilidade e Gestão Territorial.**

2.5. A CONTRATADA deverá executar a obra objeto do contrato obedecendo-se, preferencialmente, as etapas/eventos discriminados no Cronograma físico-financeiro.

2.6. A CONTRATANTE compromete-se a executar e a concluir a obra dentro do prazo total estipulado no cronograma físico-financeiro.

2.7. O prazo de execução não se confunde com o prazo de vigência do contrato. Esse corresponde ao prazo previsto para as partes cumprirem as prestações que lhes incumbem, enquanto aquele é o tempo determinado para que a CONTRATADA execute o seu objeto.

**CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

3.2. Os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto observarão o projeto básico, edital e demais anexos a este contrato.

**CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

**4.1 Subcontratação e Terceirização de Serviços**

4.1.1 A subcontratação de serviços, quando permitida, será disciplinada pelo Termo de Referência, observando-se o art. 122 da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR DO CONTRATO, DA FONTE ORÇAMENTÁRIA E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

5.1. Dá-se ao presente contrato administrativo o valor total de R\$ xxxxxx



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, bem como taxas de licenciamento, administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. A liquidação e o pagamento da despesa ajustada neste contrato administrativo correrão à conta da seguinte **dotação orçamentária** (art. 63, da Lei Federal nº 4.320/64), para o Orçamento do Município Vigente no Ano de 2026: **nº 15.451.0029.1.046-449051, fonte de recursos nº 1754, ficha nº 1763.**

5.4 O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia, contado da finalização da liquidação da despesa, ou seja, do ateste da Nota Fiscal por parte do fiscal da obra e pelo Secretário de Serviços Integrados, sendo a Nota Fiscal emitida após a aferição do cumprimento da execução de cada parcela da obra, conforme o disposto nos itens da cláusula sétima.

5.5 O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.6 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

5.7 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.8 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.9 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime, excetuadas as disposições elencadas na Lei Complementar nº 116/20. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

**CLÁUSULA SEXTA – DAS MEDIÇÕES DAS ETAPAS/EVENTOS OBJETO DO CONTRATO.**

6.1. A medição será realizada preferencialmente mensal, pelo Diretor de Obras Terceirizadas ou por pessoa por ele designada, e recairá sobre as parcelas dos serviços/etapas da(s) obra(s) efetivamente executadas, sempre tendo como referencial, quando possível, o cronograma físico-financeiro da obra.

**NOTA: A CONTRATANTE visa evitar que a CONTRATADA execute apenas as parcelas (itens da planilha orçamentária) da obra de maior relevo financeiro, deixando de priorizar a execução total e integral das especificações técnicas constantes do Memorial Descritivo/Caderno de Especificações, da Planilha Orçamentária e do Cronograma Físico-Financeiro.**

**6.1.1. Fica expressamente autorizada a pessoa jurídica licitante a reduzir o número de meses do cronograma-físico financeiro, apresentando o seu próprio cronograma físico-financeiro em sua proposta, e ao qual estará vinculada para todos os efeitos jurídicos e legais.**

6.2. Considerando a dinâmica de trabalho empregada pela CONTRATADA ao canteiro de obras de engenharia civil, a mesma deverá, sempre que possível, obedecer aos percentuais limites definidos para cada etapa/mês, percentuais esses que foram estipulados pela Diretoria de Projetos da Administração e estão apresentados no Cronograma físico-financeiro, conforme Projeto Básico do Anexo I.

6.2.1. Qualquer que seja a dinâmica de trabalho empregada pela CONTRATADA em relação à(s) etapa(s)/mês(es), a mesma jamais poderá extrapolar o prazo total de conclusão da obras, sob pena de incorrer em multa e demais sanções descritas neste Edital e Contrato Administrativo.

6.3 O objeto será recebido:

6.3.1. Conforme o Art. 140. Da lei 14.133/2021, o objeto do contrato será recebido, de maneira provisória, em se tratando de obras e serviços, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

6.3.2. De forma definitiva por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

6.4. A contratante realizará inspeção minuciosa de todos os serviços e obras executadas, por meio de profissionais técnicos competentes, acompanhados dos profissionais encarregados pela obra, com a finalidade de verificar a adequação dos serviços e constatar e relacionar os arremates, retoques e revisões finais que se fizerem necessários.

6.5. Após tal inspeção, será lavrado Termo de Recebimento Provisório, relatando eventuais pendências verificadas e o prazo de que dispõe a Contratada para saná-las, sob pena das sanções definidas neste Edital.

6.6. Em caso de serem apontadas pendências no referido Termo de Recebimento Provisório, a Contratada fica obrigada a reparar, corrigir, remover, construir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam todas elas devidamente sanadas.

6.7. Dentro do prazo assinalado no Termo de Recebimento Provisório e após o atendimento das pendências apontadas, a Contratada deve realizar comunicação escrita ao Contratante, solicitando a realização de nova vistoria, a fim de comprovar a adequação do objeto aos termos contratuais.

6.8. O Termo de Recebimento Definitivo das obras e/ou serviços contratados somente será lavrado após o atendimento de eventuais exigências da fiscalização quanto às pendências relatadas no Termo de Recebimento Provisório.

6.9. Recebimento Definitivo se dará mediante a feitura de termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais cujo após a realização da nova vistoria, reputar-se-á como realizado o recebimento da obra, ficando O contratado obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

de sua execução ou de materiais nela empregados, conforme o art. 119 da lei 14.133/2021.

6.10. Até a data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo das obras e serviços, a contratada fica responsável pela guarda do bem imóvel, equipamentos, objetos, móveis e utensílios, zelando pelo Patrimônio Público do Estado, assumindo inteira responsabilidade civil, penal e administrativa, por quaisquer danos e/ou prejuízos que diretamente venha causar ao Estado ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo.

6.11. O termo de Recebimento Definitivo não isenta a Contratada das responsabilidades cominadas no art. 618 do Código Civil Brasileiro.

**CLÁUSULA SÉTIMA - DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO DE PAGAMENTO:**

7.1 A CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, pelas etapas/eventos executados, os preços integrantes da proposta vencedora, ressalvada a necessidade de reajustamento e a ocorrência de imprevistos extraordinários, nos termos do art. 124, da Lei Federal nº 14.133/2021. Fica expressamente estabelecido que os preços incluem todos os custos diretos e indiretos para a execução da obra objeto deste edital, de acordo com as condições previstas nas Especificações e nas Normas indicadas neste edital e demais documentos da licitação, constituindo assim sua única remuneração pelos trabalhos executados.

7.2 Nos termos do cronograma físico-financeiro licitado, será procedida à medição das etapas/eventos executadas pela CONTRATADA, por meio de planilha e memória de cálculo detalhada, a ser aprovada pela CONTRATANTE.

7.3 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

- a) não produzir os resultados acordados,
- b) deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

c) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada

7.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada.

7.5 Aprovado o BOLETIM DE MEDIÇÃO por parte da CONTRATANTE, deverá a CONTRATADA apresentar ao fiscal da obra as notas fiscais/faturas relativas a cada uma das etapas/eventos, acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.6 Além dos documentos acima, será obrigatória a apresentação da:

- a) Cópia dos comprovantes de pagamento de todos os encargos trabalhistas e do recolhimento das contribuições ao FGTS correspondentes ao mês da última competência vencida, referentes a todos os trabalhadores envolvidos na obra;
- b) Cópia do Diário de Obra;
- c) Cópia da Ficha Entrega de EPI, fornecida a todos os trabalhadores envolvidos na obra, a fim de a CONTRATANTE exercer efetiva fiscalização sobre as condições de trabalho das pessoas envolvidas.

7.7 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).





**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

7.8 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.9 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.10 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa, com base no art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021.

7.11 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

**CLÁUSULA OITAVA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E REAJUSTE ANUAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO.**

8.1. Além das disposições do edital e seus anexos, para fins de reajuste e revisão, deverão ser aplicadas, no que couber, as regras dos artigos 135 e seguintes do Decreto Municipal nº 5.983/2023.

8.2. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreeajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado.

8.2.1. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais elaboradas com base no SINAPI do mês de agosto de 2024.



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

8.3. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice INCC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.4. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.5.1. Fica a CONTRATADA obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.9. O reajuste será, em regra, realizado por apostilamento.

8.10. A revisão contratual (reequilíbrio econômico-financeiro) é cabível diante de fatos supervenientes à formulação da proposta e externos à relação contratual, imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, podendo se dar tanto a favor da CONTRATADA quanto da Administração contratante.



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

8.10.1. Os pedidos fundamentados no art. 124, II, “d”, da Lei Federal nº 14.133/2021 deverão ser instruídos com requerimento expresso da parte interessada, contendo planilha demonstrativa da variação dos custos e documentação comprobatória correlata, inclusive demonstração de que os efeitos econômicos e financeiros extrapolaram as condições normais de execução do contrato, sob o risco de indeferimento.

8.10.2. Pedidos de reequilíbrio embasados apenas em notas fiscais que supostamente demonstram aumentos dos preços dos insumos utilizados para a execução da obra, por si só, serão indeferidos.

8.11. O gestor e os fiscais do contrato deverão analisar os eventuais pedidos de reajuste e reequilíbrio e elaborarem pareceres técnicos acerca dos requerimentos dos particulares, observando o previsto no §3º, do artigo 143, do Decreto Municipal nº 5.983/2023, sem prejuízo da utilização das demais normas que regem o tema.

8.12. A mera variação de preços ou flutuação cambial não é, por si só, suficiente para justificar a revisão contratual.

**CLÁUSULA NONA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES.**

9.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021 e dos artigos 128 e 129 do Decreto Municipal nº 5.983/2023.

9.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

9.2.1. Caso o objeto se refira a reforma de edifício ou equipamento, a CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 50% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

9.2.2. A CONTRATADA deverá arcar com eventuais erros ou omissões na quantificação dos serviços/materiais, situação em que, em regra, não teria direito a aditivos contratuais de quantidades em caso de quantitativos subestimados por erro grosseiro que pudesse ter sido detectado durante o processo licitatório.



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

9.3. As alterações contratuais previstas no inciso I do Artigo 124, da lei federal nº 14.133/2021 deverão ser instruídas com, no mínimo, os seguintes documentos:

9.3.1. Justificativa para a alteração pretendida, esclarecendo os motivos supervenientes que ensejaram a necessidade administrativa, a ser subscrita pelos fiscais e pelo gestor do contrato e ratificada pela autoridade máxima do órgão ou entidade responsável pela contratação;

9.3.1.1. Nos termos do §1º, do artigo 124, da Lei Federal nº 14.133/2021, se forem decorrentes de falhas de projeto, as alterações de contratos de obras e serviços de engenharia ensejarão apuração de responsabilidade do responsável técnico e adoção das providências necessárias para o ressarcimento dos danos causados à Administração.

9.3.2. Documentos de regularidade fiscal, trabalhista e de seguridade social da CONTRATADA;

24.3.3. Planilha comparativa de modificação dos itens contendo os acréscimos e supressões, com a indicação dos preços unitários e quantidades, quando for o caso;

9.3.4. Demonstrativo da vantajosidade técnica e econômica da alteração pretendida, quando for o caso;

9.3.5. Demonstrativo analítico de atendimento dos limites legais, nos casos de alteração que importe em aumento ou redução do valor contratado, observada a impossibilidade de compensação entre aumentos e reduções;

9.3.6. Demonstrativo da compatibilidade orçamentário-financeira da alteração com a emissão da respectiva declaração de compatibilidade da despesa com a legislação orçamentária-financeira, pela Secretaria Municipal de Gestão Financeira, nos casos em que a alteração acarretar majoração do valor inicialmente contratado;

9.3.7. Minuta do termo aditivo a ser celebrado, conforme padrão aprovado pela Procuradoria-Geral do Município.

9.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

9.5. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

10.1. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

10.1.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas editalícias, contratuais, demais anexos e os termos de sua proposta;

10.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no termo de referência/projeto básico;

10.1.3. Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução da obra, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.

10.1.4. Notificar a CONTRATADA, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

10.1.5. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, em relatório circunstanciado, inclusive, quando possível, com fotografia, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10.1.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que se refere à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.1.7. Efetuar o pagamento à CONTRATADA do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato, no edital e Projeto básico;

10.1.8. Aplicar à CONTRATADA as sanções previstas na lei e neste Contrato;



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

10.1.9. Cientificar a Procuradoria Geral do Município de Viçosa para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA.

10.1.10. Manifestar-se por escrito sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

10.1.10.1. A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

10.1.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pela CONTRATADA no prazo máximo de 40 (quarenta) dias.

10.1.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.1.13. Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.

10.1.14. Realizar avaliações periódicas da qualidade e segurança da obra, após seu recebimento.

10.1.15. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela CONTRATADA, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.

10.1.16. Não responder por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.1.17. Previamente à expedição da ordem de serviço, verificar pendências, liberar áreas e/ou adotar providências cabíveis para a regularidade do início da sua execução.

10.1.18. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da fatura de serviços da CONTRATADA.



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

10.1.19. Inscrever em Dívida Ativa do Município as penalidades pecuniárias aplicadas e não pagas pela CONTRATADA.

10.1.19.1. Exigir a tomada de outras providências necessárias ao fiel cumprimento do contrato administrativo.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

11.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

11.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

11.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

11.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

11.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

11.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;<sup>1</sup>

11.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo

---

<sup>1</sup>



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

11.7. Efetuar comunicação ao CONTRATANTE, assim que tiver ciência da impossibilidade de realização ou finalização do serviço no prazo estabelecido, para adoção de ações de contingência cabíveis.

11.8. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

11.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE;

11.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

11.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

11.12. Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

11.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

11.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

11.15. Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.





**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

- 11.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 11.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- 11.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);
- 11.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);
- 11.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 11.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 11.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;
- 11.23. Manter os empregados nos horários predeterminados pelo CONTRATANTE.
- 11.24. Apresentar os empregados devidamente identificados por meio de crachá.
- 11.25. Apresentar ao CONTRATANTE, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão no órgão para a execução do serviço.
- 11.26. Observar os preceitos da legislação sobre a jornada de trabalho, conforme a categoria profissional.
- 11.27. Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pela fiscalização do contrato, nos casos em que ficar



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito nas especificações do objeto.

11.28. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas do Contratante.

11.29. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função.

11.30. Instruir os seus empregados, quanto à prevenção de incêndios nas áreas do CONTRATANTE.

11.31. Adotar as providências e precauções necessárias, inclusive consulta nos respectivos órgãos, se necessário for, a fim de que não venham a ser danificadas as redes hidrossanitárias, elétricas e de comunicação.

11.32. Estar registrada ou inscrita no Conselho Profissional competente, conforme as áreas de atuação previstas no Termo de Referência, em plena validade.

11.33. Obter junto aos órgãos competentes, conforme o caso, as licenças necessárias e demais documentos e autorizações exigíveis, na forma da legislação aplicável.

11.34. Elaborar o Diário de Obra, incluindo diariamente, pelo Engenheiro preposto responsável, as informações sobre o andamento do empreendimento, tais como, número de funcionários, de equipamentos, condições de trabalho, condições meteorológicas, serviços executados, registro de ocorrências e outros fatos relacionados, bem como os comunicados à Fiscalização e situação das atividades em relação ao cronograma previsto.

11.35. Refazer, às suas expensas, os trabalhos executados em desacordo com o estabelecido nas especificações, bem como substituir aqueles realizados com materiais defeituosos ou com vício de construção, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contado da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo.

11.36. Facilitar a inspeção dos serviços por parte da CONTRATANTE, em qualquer dia e horário, previamente agendado, com a presença do engenheiro responsável pela obra, que prestará todas as informações solicitadas;



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

11.37. Garantir, na forma do art. 618 do Código Civil, pelo prazo definido na proposta, contado da data do aceite definitivo, todos os serviços prestados e materiais utilizados, incluindo os defeitos/vícios gravíssimos, graves ou leves que venham a comprometer, dentre outros, a ruína do edifício, a saúde e a segurança das pessoas que ali trabalham ou transitam;

11.38. Entregar a obra em condições perfeitas, sólidas e seguras;

11.39. disponibilizar todo o material, equipamentos, mão de obra e ferramental necessários à execução da obra;

**11.40. Executar os serviços contratados, respeitando o Cronograma físico-financeiro aprovado e as alterações promovidas pela CONTRATANTE, independentemente de contingenciamentos de ordem administrativa ou financeira da CONTRATADA, como por exemplo, faltas de empregados, infr para tocar a obra ou outros imprevistos.**

11.41. Cumprir, durante todo o período da execução da obra, as normas técnicas da ABNT, da Lei Federal nº 5.194/66, **do Código de Obras do Município de Viçosa** e da Portaria nº 3.214/78, do Ministério do Trabalho, além das disposições éticas e administrativas regulamentadoras do exercício da engenharia.

11.42. Refazer, às suas expensas, todo o serviço considerado inadequado ou imperfeito, caso constatadas irregularidades.

11.43. Responsabilizar-se pelo comportamento dos funcionários ou prepostos designados para a execução das obras, inclusive no que se refere a danos morais ou físicos porventura causados à CONTRATANTE e a seus servidores/prepostos.

11.44. Submeter à apreciação da CONTRATANTE, para análise e deliberação, a pretensão de qualquer alteração nas cláusulas e condições do presente Contrato que se fizer necessária.

11.45. Comunicar à CONTRATANTE a ocorrência de quaisquer fatos que possam impedir ou retardar o andamento dos serviços, apresentando soluções para sanar tais impedimentos.

11.46. Efetuar a medição da obra executada, em conjunto com a CONTRATANTE, emitindo o BOLETIM DE MEDIÇÃO e a nota fiscal respectiva;



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

11.47. Devolver à CONTRATANTE, após a execução da obra contratada, os equipamentos e/ou materiais retirados e não aproveitados durante as alterações verificadas na reforma;

11.48. Informar, no corpo da nota fiscal, seus dados bancários, a fim de possibilitar à CONTRATANTE a realização das transferências bancárias pertinentes.

11.49. Manter, durante toda a execução das obras, até o seu recebimento provisório, a vigilância e guarda do prédio e a proteção e conservação dos serviços executados.

11.50. Fica vedado à CONTRATADA caucionar ou utilizar este Contrato administrativo para qualquer operação financeira.

11.51. Responder por qualquer acidente de trabalho na execução dos serviços, por uso indevido de patentes registradas em nome de terceiros, por danos resultantes de defeitos ou incorreções dos serviços ou dos bens do Contratante, de seus funcionários ou de terceiros, ainda que ocorridos em via pública junto ao serviço de engenharia.

11.52. Realizar, conforme o caso, por meio de laboratórios previamente aprovados pela fiscalização e sob suas custas, os testes, ensaios, exames e provas que lhe caibam necessárias ao controle de qualidade dos materiais, serviços e equipamentos a serem aplicados nos trabalhos, conforme procedimento previsto nas especificações.

11.53. Providenciar, conforme o caso, as ligações definitivas das utilidades previstas no projeto (água, esgoto, gás, energia elétrica, telefone etc.), bem como atuar junto aos órgãos federais, estaduais e municipais e concessionárias de serviços públicos para a obtenção de licenças e regularização dos serviços e atividades concluídas (ex.: Habite-se, Licença Ambiental de Operação etc.).

11.54. Aplicam-se, ainda, as obrigações da empresa contratada descritas no Projeto Básico. Havendo contradições entre os documentos, ficam sendo válidas àquelas que forem mais benéficas à Administração.



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD<sup>2</sup>**

12.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

12.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

12.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

12.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de sub operação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.

12.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever da CONTRATADA eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

12.6. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

12.7. A CONTRATADA deverá exigir de sub operadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

12.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

---



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

12.9. A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

12.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

12.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

12.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA DA EXECUÇÃO DO OBJETO.**

13.1 A garantia de execução contratual tem por finalidade assegurar o fiel cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, abrangendo todas as responsabilidades técnicas, administrativas, operacionais e acessórias previstas no contrato.

13.2 A prestação da garantia constitui condição indispensável para a assinatura do contrato, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

13.3 A garantia não substitui as penalidades contratuais previstas no instrumento contratual, podendo ser executada sem prejuízo da aplicação de multas e demais sanções administrativas cabíveis.

13.4 Valor e Vigência da Garantia

13.5 A Garantia de Execução Contratual corresponderá a 10% (dez por cento) do valor total do contrato, conforme previsto na legislação vigente.

13.6 A garantia será calculada com base no valor efetivamente contratado.



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

13.7 Caso o valor contratado seja inferior ao valor máximo estimado, a garantia será calculada sobre o valor efetivamente contratado.

13.8 A garantia deverá permanecer válida durante todo o prazo de execução contratual, incluindo eventuais prorrogações, estendendo-se até a emissão do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços, acrescido de prazo suficiente para cobertura de eventuais responsabilidades remanescentes da contratada.

13.9 Sempre que houver prorrogação contratual, a contratada deverá comprovar a prorrogação da vigência da garantia.

13.10 Modalidades de Prestação da Garantia

13.11 A garantia deve ser prestada em uma das modalidades previstas na Lei nº 14.133/2021:

I. Caução em dinheiro;

II. Fiança bancária emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil;

III. Seguro-garantia emitido por seguradora devidamente autorizada pela SUSEP.

13.12 A modalidade escolhida deverá assegurar cobertura integral das obrigações assumidas no contrato.

13.13 No caso de seguro-garantia, a apólice deverá:

I. identificar expressamente o contrato e o objeto;

II. indicar o valor garantido;

III. manter vigência durante todo o prazo contratual;

IV. prever cobertura para inadimplemento contratual, inclusive multas aplicadas e não quitadas

V. cobertura para inadimplemento contratual, inclusive multas aplicadas e não quitadas, bem como obrigações trabalhistas, previdenciárias e indenizações decorrentes da execução do contrato, quando aplicável.

13.14 Cláusula Padrão para Seguro-Garantia

13.15 A garantia prestada na modalidade seguro-garantia deverá observar, obrigatoriamente, as seguintes condições:



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

I – A apólice deverá ser emitida por seguradora devidamente autorizada a operar pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP;

II – A apólice deverá indicar expressamente:

- o número do contrato administrativo garantido;
- o objeto da contratação;
- o valor segurado, correspondente ao percentual exigido neste Anexo;
- o prazo de vigência, compatível com o prazo contratual, incluindo eventuais prorrogações;

III – O seguro-garantia deverá garantir o fiel cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, abrangendo, no mínimo:

- inadimplemento total ou parcial do contrato;
- multas contratuais aplicadas e não pagas;
- prejuízos causados à Administração decorrentes de falhas na execução;
- obrigações trabalhistas e previdenciárias relacionadas ao contrato, quando aplicável;

IV – A apólice deverá prever cláusula de pagamento direto à Administração Pública, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias após a caracterização do sinistro;

V – Não será admitida apólice que contenha:

- cláusulas de exclusão de cobertura incompatíveis com o objeto da contratação;
- condicionantes que dificultem ou impeçam o pagamento da indenização;
- necessidade de trânsito em julgado ou decisão judicial para execução da garantia;

VI – A apólice deverá prever a manutenção de sua validade enquanto houver obrigações pendentes da contratada, inclusive após o término da vigência contratual, até a emissão do Termo de Recebimento Definitivo;

VII – Em caso de prorrogação do contrato, a contratada deverá promover a prorrogação da apólice, sem interrupção da cobertura;





**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

VIII – A Administração poderá recusar apólice que não atenda integralmente às exigências deste Anexo, devendo a contratada apresentar nova garantia no prazo estabelecido;

IX – A seguradora deverá renunciar expressamente aos benefícios de ordem previstos no Código Civil, quando aplicável, garantindo a imediata exigibilidade da indenização;

X – Aplicam-se subsidiariamente ao seguro-garantia as disposições da Lei nº 14.133/2021 e as normas expedidas pela SUSEP.

13.16 Apresentação e Condições de Aceitação

13.17 A garantia deverá ser apresentada pela adjudicatária no prazo estabelecido no Edital, como condição prévia à assinatura do contrato.

13.18 A Administração procederá à análise formal da garantia apresentada, verificando:

I. conformidade do valor com o percentual exigido;

II. adequação da vigência;

III. identificação correta do contrato;

IV. regularidade formal do instrumento apresentado.

13.19 A ausência da garantia, sua apresentação em valor inferior ao exigido ou com vigência insuficiente impedirá a assinatura do contrato e ensejará a convocação da licitante subsequente, sem prejuízo da execução da garantia de proposta, quando aplicável.

13.20 A garantia somente será considerada válida após manifestação formal de aceite pela Administração.

13.21 Renovação, Reforço e Substituição da Garantia

13.22 A contratada deverá promover a renovação da garantia sempre que houver prorrogação do prazo de vigência do contrato, de modo a assegurar cobertura integral durante todo o período contratual.

13.23 Na hipótese de acréscimo do valor contratual, a contratada deverá reforçar a garantia, mantendo-se o percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado do contrato.



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

13.24 A não apresentação da renovação ou do reforço da garantia no prazo estabelecido ensejará:

- I. suspensão de pagamentos, observado o devido processo administrativo;
- II. aplicação de penalidades contratuais;
- III. rescisão contratual por inadimplemento;
- IV. execução da garantia existente, quando cabível.

13.26 A garantia poderá ser substituída por outra modalidade prevista na legislação, desde que:

- I. haja solicitação formal da contratada;
- II. não haja interrupção da cobertura;
- III. a nova garantia seja previamente aceita pela Administração.

13.27 Execução da Garantia

13.28 A execução da garantia será precedida de processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa. A garantia será executada, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses:

- I. inexecução total ou parcial dos serviços contratados;
- II. descumprimento de obrigações técnicas, administrativas ou contratuais;
- III. paralisação injustificada dos serviços;
- IV. rescisão contratual por culpa da contratada;
- V. aplicação de multas contratuais não quitadas no prazo estabelecido;
- VI. danos causados à Administração decorrentes de falha na execução dos serviços.

13.29 A execução da garantia não prejudica a aplicação de outras sanções administrativas previstas no contrato e na Lei nº 14.133/2021.

13.30 Caso o valor executado da garantia não seja suficiente para cobrir os prejuízos apurados, a contratada permanecerá responsável pela diferença.

13.31 Após eventual execução parcial da garantia, a contratada deverá recompor seu valor original no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, ou outro prazo fixado pela Administração.



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

13.32 Liberação da Garantia

13.33 A garantia será liberada após:

- I. conclusão integral dos serviços contratados;
- II. emissão do Termo de Recebimento Definitivo;
- III. inexistência de pendências técnicas, administrativas ou financeiras.

13.34 A liberação dependerá de manifestação formal da fiscalização do contrato, atestando o cumprimento integral das obrigações.

13.35 No caso de seguro-garantia ou fiança bancária, a Administração emitirá declaração formal autorizando sua baixa.

13.36 Disposições Finais

13.37 A garantia de execução contratual não substitui seguros obrigatórios que eventualmente devam ser contratados pela empresa para cobertura de responsabilidade civil profissional.

13.38 Aplicam-se subsidiariamente as disposições dos arts. 96 a 105 da Lei nº 14.133/2021.

13.39 Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade competente, com fundamento na legislação vigente e nas cláusulas contratuais. Aplicam-se subsidiariamente as disposições dos arts. 96 a 102 e 137 da Lei nº 14.133/2021.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

14.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Serão aplicadas à CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

(1) Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias<sup>3</sup> corridos;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 14.1, de 15% do valor do Contrato.

---



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 14.1, de 10% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 14.1, a multa será de 10% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 14.1, a multa será de 5% do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 14.1, a multa será de 5% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:

a) deixar de entregar a documentação exigida.

14.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

14.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

14.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

14.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

14.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

14.8. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

14.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

14.11. Os débitos da CONTRATADA para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que a CONTRATADA possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO RECEBIMENTO DA OBRA**

15.1 A execução do objeto observará modelo estruturado de prestação contínua de serviços técnicos especializados de gerenciamento e apoio à fiscalização das obras de implantação da Estação de Tratamento de Água – ETA III – Turvo Limpo, em conformidade com este Termo de Referência e seus anexos.

As atividades previstas neste Capítulo constituem obrigações contratuais específicas, devendo ser executadas com rastreabilidade documental e registros formais, de modo a permitir controle, auditoria e verificação objetiva do cumprimento do contrato.

A execução dos serviços deverá observar os projetos e documentos técnicos disponibilizados pelo Município de Viçosa/MG, por meio do SAAE, nos termos do Anexo VII – Projetos Disponibilizados, bem como as normas e diretrizes aplicáveis indicadas no Anexo IX – Referências Normativas.

A atuação da contratada no âmbito deste Capítulo possui caráter técnico-consultivo e de assessoramento, restringindo-se às atividades de análise, acompanhamento, controle, registro e emissão de relatórios e pareceres, cabendo à Administração a prática dos atos decisórios e administrativos relacionados ao contrato principal da obra.

#### **15.2 Escopo detalhado dos serviços**

15.2.1 O escopo detalhado dos serviços compreende o conjunto de atividades técnicas necessárias ao gerenciamento e ao apoio especializado à fiscalização institucional do SAAE, durante todo o ciclo de execução da obra da ETA III – Turvo Limpo, abrangendo, no mínimo, as seguintes frentes de atuação, conforme detalhamento nos itens 5.2 a 5.11 deste Termo de Referência.

15.2.2 Para fins deste Termo de Referência, integram o escopo os serviços relacionados ao acompanhamento técnico sistemático da obra, ao controle físico-financeiro e de cronograma, à análise de documentação técnica e projetos executivos, à verificação de conformidade dos serviços executados, ao monitoramento de riscos técnicos e contratuais, bem como à consolidação de relatórios técnicos e gerenciais, nos limites estabelecidos no item 5.11.

15.2.3 O escopo deverá ser executado de forma contínua e integrada ao cronograma da obra



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

principal, contemplando as fases de mobilização, execução das obras civis, montagem eletromecânica, implantação de sistemas elétricos e de automação, testes, comissionamento, operação assistida e encerramento, sem prejuízo de adequações decorrentes de reprogramações do contrato principal, quando formalmente comunicadas pela fiscalização institucional.

15.2.4 Os produtos mínimos, periodicidade, forma de apresentação e critérios de aceite dos relatórios, pareceres e registros gerados no âmbito do escopo serão estabelecidos neste Termo de Referência e, quando aplicável, vinculados às exigências constantes do Anexo VII – Projetos Disponibilizados e do Anexo IX – Referências Normativas.

15.2.5 A descrição pormenorizada de cada frente de atuação, com definição de responsabilidades, limites, rotinas mínimas, registros e entregáveis, encontra-se disciplinada nos itens 5.2 a 5.11 deste Capítulo, os quais servirão de base para a elaboração da Matriz de Riscos prevista no Anexo VIII.

### **15.3 Gerenciamento técnico da obra**

15.3.1 O gerenciamento técnico da obra compreende o acompanhamento sistemático da execução dos serviços contratados no âmbito da implantação da ETA III – Turvo Limpo, com foco na conformidade técnica, aderência ao projeto aprovado, qualidade dos serviços executados e compatibilidade com o cronograma físico-financeiro.

15.3.2 A contratada deverá promover análise técnica contínua das atividades executadas pela empresa responsável pela obra principal, verificando a conformidade dos serviços com o projeto básico, projetos executivos aprovados, especificações técnicas, memoriais descritivos e demais documentos que compõem o contrato da obra.

15.3.3 O gerenciamento técnico deverá abranger, no mínimo:

15.3.3.1 Verificação da compatibilidade entre os projetos executivos apresentados e o projeto básico aprovado;

15.3.3.2 Acompanhamento da execução das estruturas civis, unidades de tratamento, sistemas hidráulicos, sistemas eletromecânicos, instalações elétricas e sistemas de automação;

15.3.3.3 Avaliação técnica dos métodos executivos adotados pela contratada da obra;

15.3.3.4 Verificação da adequação dos materiais e equipamentos aplicados, quanto à especificação técnica e conformidade contratual;

15.3.3.5 Identificação e registro de eventuais inconformidades técnicas ou desvios de execução.

15.3.4 Sempre que identificadas inconsistências técnicas, riscos à qualidade da obra ou desconformidades com os documentos contratuais, a contratada deverá emitir comunicação técnica formal à fiscalização institucional do Município de Viçosa/MG, por meio do SAAE, indicando de





**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

forma objetiva o fato constatado, seu potencial impacto e a recomendação técnica pertinente.

15.3.5 O gerenciamento técnico terá caráter de suporte especializado à fiscalização institucional, não substituindo a competência decisória do gestor ou do fiscal do contrato da obra principal.

15.3.6 A contratada deverá manter registros formais das análises técnicas realizadas, incluindo relatórios, pareceres, registros fotográficos, atas de reunião técnica e demais documentos que evidenciem o acompanhamento sistemático da execução da obra.

15.3.7 O acompanhamento técnico deverá ocorrer com periodicidade compatível com o andamento físico da obra, garantindo presença técnica suficiente para assegurar controle efetivo das etapas executivas, nos termos definidos neste Termo de Referência e na proposta apresentada.

15.3.8 O descumprimento das obrigações previstas neste item ensejará aplicação das penalidades previstas no Capítulo 7 deste Termo de Referência, bem como glosa proporcional na medição, nos termos do Capítulo 8.

#### **15.4 Apoio à fiscalização de campo**

15.4.1 O apoio à fiscalização de campo compreende o acompanhamento presencial sistemático da execução da obra da ETA III – Turvo Limpo, com a finalidade de subsidiar tecnicamente a fiscalização institucional do SAAE quanto à conformidade dos serviços executados.

15.4.2 A contratada deverá disponibilizar profissionais habilitados para acompanhamento das frentes de serviço ativas, observando periodicidade compatível com o ritmo da obra e com as etapas críticas de execução.

15.4.3 O apoio à fiscalização de campo deverá abranger, no mínimo:

15.4.3.1 Verificação da execução dos serviços em conformidade com projetos, especificações técnicas e orientações aprovadas;

15.4.3.2 Conferência visual e técnica da qualidade dos serviços executados;

15.4.3.3 Acompanhamento de ensaios, testes de campo e verificações técnicas realizadas pela empresa executora;

15.4.3.4 Registro fotográfico sistemático das etapas relevantes da obra;

15.4.3.5 Identificação de inconformidades executivas, desvios técnicos ou situações de risco.

15.4.4 Sempre que constatadas inconformidades, a contratada deverá registrar formalmente a ocorrência e comunicar à fiscalização institucional do SAAE, indicando descrição objetiva do fato, localização, etapa envolvida e possível impacto técnico.

15.4.5 A atuação em campo não confere à contratada poder de determinação direta



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

à empresa executora da obra, cabendo exclusivamente à fiscalização institucional a emissão de ordens, notificações e demais determinações contratuais.

15.4.6 A contratada deverá participar de reuniões técnicas de obra, visitas programadas e inspeções conjuntas sempre que convocada pela fiscalização institucional, mantendo registro formal das deliberações técnicas ocorridas.

15.4.7 Os registros decorrentes do apoio à fiscalização de campo deverão integrar os relatórios técnicos e gerenciais previstos no item 5.9, constituindo documentação comprobatória das atividades desenvolvidas.

15.4.8 O apoio à fiscalização de campo deverá observar as normas de segurança aplicáveis ao canteiro de obras, conforme disposto no Anexo IX – Referências Normativas, não assumindo, entretanto, responsabilidade pela gestão de segurança do trabalho da empresa executora.

15.4.9 O descumprimento das obrigações previstas neste item ensejará aplicação das penalidades previstas no Capítulo 7 e eventual glosa proporcional na medição, nos termos do Capítulo 8.

## **15.5 Análise e parecer sobre projetos executivos**

15.5.1 A contratada deverá proceder à análise técnica dos projetos executivos apresentados pela empresa responsável pela execução da obra da ETA III – Turvo Limpo, com a finalidade de verificar sua compatibilidade com o projeto básico aprovado, com as especificações técnicas contratuais e com as normas aplicáveis.

15.5.2 A análise técnica deverá abranger, no mínimo:

15.5.2.1 Compatibilidade dimensional, funcional e construtiva com o projeto básico;

15.5.2.2 Coerência entre memoriais descritivos, planilhas de quantitativos e desenhos técnicos;

15.5.2.3 Adequação às normas técnicas aplicáveis, conforme Anexo IX – Referências Normativas;

15.5.2.4 Identificação de inconsistências técnicas, omissões relevantes ou potenciais impactos na execução da obra;

15.5.2.5 Avaliação preliminar de eventuais reflexos no cronograma físico-financeiro.

15.5.3 A contratada deverá emitir parecer técnico formal e fundamentado para cada conjunto de projeto executivo analisado, no prazo a ser estabelecido em cronograma compatível com o andamento da obra, indicando de forma objetiva:

15.5.3.1 Conclusão técnica quanto à compatibilidade com o contrato;

15.5.3.2 Pontos de atenção ou necessidade de ajustes;



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

- 15.5.3.3 Riscos identificados;
- 15.5.3.4 Recomendações técnicas à fiscalização institucional.
- 15.5.4 Os pareceres emitidos pela contratada terão caráter opinativo e de suporte técnico à fiscalização institucional, não substituindo a aprovação formal dos projetos executivos pela Administração.
- 15.5.5 A contratada não assume responsabilidade pela autoria, concepção ou dimensionamento dos projetos executivos apresentados pela empresa executora, limitando-se à análise técnica de compatibilidade e conformidade contratual.
- 15.5.6 A ausência de emissão de parecer técnico no prazo estabelecido, quando devidamente solicitado, ou a emissão de parecer tecnicamente inconsistente ensejará aplicação das penalidades previstas no Capítulo 7 e eventual repercussão na medição dos serviços, conforme disposto no Capítulo 8.
- 15.5.7 Os pareceres técnicos emitidos deverão integrar o acervo documental do empreendimento e compor os relatórios gerenciais previstos no item 5.9.
- 15.5.8 A contratada deverá emitir parecer técnico sobre projetos executivos no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, contados do recebimento formal do respectivo protocolo pelo Município de Viçosa/MG, por meio do SAAE, salvo situações de maior complexidade técnica devidamente justificadas e autorizadas pelo fiscal do contrato.
- 15.6 Controle físico-financeiro**
- 15.6.1 O controle físico-financeiro compreende o acompanhamento sistemático da evolução física da obra da ETA III – Turvo Limpo e sua correlação com os desembolsos financeiros previstos no contrato principal, com a finalidade de subsidiar tecnicamente a fiscalização institucional do SAAE.
- 15.6.2 A contratada deverá monitorar a execução das etapas da obra em relação ao cronograma físico-financeiro aprovado, verificando a compatibilidade entre o avanço físico real e os valores apresentados nas medições mensais.
- 15.6.3 O controle físico-financeiro deverá abranger, no mínimo:
- 15.6.3.1 Verificação da coerência entre quantitativos, executados e quantitativos contratados;
- 15.6.3.2 Avaliação da compatibilidade entre o percentual físico executado e o percentual financeiro solicitado para pagamento;
- 15.6.3.3 Identificação de eventuais distorções entre avanço físico e desembolso financeiro;
- 15.6.3.4 Análise preliminar de impactos financeiros decorrentes de alterações de escopo, reprogramações ou serviços extraordinários;
- 15.6.3.5 Consolidação periódica do status físico-financeiro da obra.



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

15.6.4 A contratada deverá elaborar demonstrativo técnico de acompanhamento físico-financeiro, com periodicidade mínima mensal, contendo análise comparativa entre previsto e realizado, identificação de desvios e indicação de possíveis riscos de desequilíbrio contratual.

15.6.5 Sempre que constatadas inconsistências relevantes ou risco de desequilíbrio físico-financeiro, a contratada deverá comunicar formalmente à fiscalização institucional do SAAE, apresentando análise técnica fundamentada.

15.6.6 A atuação da contratada no controle físico-financeiro terá caráter técnico-consultivo, não substituindo a competência administrativa do gestor ou do fiscal do contrato quanto à aprovação de medições, autorização de pagamentos ou formalização de alterações contratuais.

15.6.7 O controle físico-financeiro deverá observar as diretrizes do agente financiador e os parâmetros constantes do contrato principal da obra, bem como os documentos técnicos disponibilizados nos termos do Anexo VII – Projetos Disponibilizados.

15.6.8 O descumprimento das obrigações previstas neste item ensejará aplicação das penalidades previstas no Capítulo 7 e eventual repercussão na medição dos serviços da contratada, conforme disposto no Capítulo 8.

**15.7 Acompanhamento e validação de medições**

15.7.1 O acompanhamento e validação de medições compreendem a análise técnica das medições mensais apresentadas pela empresa executora da obra da ETA III – Turvo Limpo, com a finalidade de verificar a conformidade dos quantitativos informados com os serviços efetivamente executados.

15.7.2 A contratada deverá proceder à conferência técnica das medições, observando:

15.7.2.1 Compatibilidade entre os serviços executados em campo e os quantitativos apresentados;

15.7.2.2 Conformidade com as especificações técnicas e documentos contratuais;

15.7.2.3 Correspondência entre os itens medidos e os serviços previstos na planilha contratual;

15.7.2.4 Coerência entre avanço físico, cronograma e valores solicitados;

15.7.2.5 Existência de registros técnicos e evidências que sustentem os quantitativos declarados.

15.7.3 A contratada deverá emitir parecer técnico formal sobre cada medição apresentada, indicando de forma objetiva:

15.7.3.1 Conformidade ou inconformidade dos quantitativos;

15.7.3.2 Divergências identificadas;

15.7.3.3 Recomendações técnicas à fiscalização institucional;



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

- 15.7.3.4                      Eventuais riscos técnicos ou financeiros associados à aprovação da medição.
- 15.7.4                      A validação técnica realizada pela contratada terá caráter opinativo e de suporte à decisão administrativa, não substituindo a competência do gestor ou do fiscal do contrato da obra principal para aprovação formal das medições.
- 15.7.5                      A contratada não assume responsabilidade pela execução dos serviços medidos, limitando-se à análise técnica de conformidade dos quantitativos e serviços apresentados.
- 15.7.6                      A ausência de emissão de parecer técnico no prazo compatível com o cronograma de medição da obra, ou a emissão de parecer tecnicamente inconsistente ou sem fundamentação, ensejará aplicação das penalidades previstas no Capítulo 7 e eventual repercussão na medição dos serviços da contratada, conforme disposto no Capítulo 8.
- 15.7.7                      Os pareceres técnicos relativos às medições deverão integrar o relatório mensal previsto no item 5.9 e compor o acervo documental do empreendimento.
- 15.7.8                      A contratada deverá emitir parecer técnico sobre cada medição apresentada pela empresa executora no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, contados do recebimento formal da documentação de medição.

**15.8            Gestão de cronograma**

- 15.8.1                      A gestão de cronograma compreende o acompanhamento sistemático da execução das etapas da obra da ETA III – Turvo Limpo em relação ao cronograma físico aprovado, com a finalidade de identificar desvios, atrasos, riscos de paralisação ou comprometimento do prazo contratual.
- 15.8.2                      A contratada deverá monitorar continuamente o avanço das frentes de serviço, verificando a aderência ao cronograma vigente e analisando impactos decorrentes de reprogramações, alterações de escopo ou intercorrências técnicas.
- 15.8.3                      A gestão de cronograma deverá abranger, no mínimo:
- 15.8.3.1                      Comparação entre avanço físico planejado e realizado;
- 15.8.3.2                      Identificação de atrasos por atividade ou etapa;
- 15.8.3.3                      Avaliação de impacto no caminho crítico;
- 15.8.3.4                      Análise de risco de comprometimento do prazo final da obra;
- 15.8.3.5                      Registro formal dos desvios identificados.
- 15.8.4                      Sempre que constatado atraso relevante, risco de descumprimento de marcos contratuais ou potencial comprometimento do prazo global da obra, a contratada deverá comunicar formalmente o fato ao SAAE, por meio de ofício técnico circunstanciado, contendo:
- 15.8.4.1                      Descrição objetiva do atraso ou desvio identificado;



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

- 15.8.4.2 Indicação das etapas afetadas;
- 15.8.4.3 Avaliação preliminar do impacto no prazo contratual;
- 15.8.4.4 Recomendações técnicas cabíveis.
- 15.8.5 Compete exclusivamente ao Município de Viçosa/MG, por meio do SAAE, adotar as providências administrativas decorrentes dos atrasos ou desvios identificados, inclusive notificações, determinações, reprogramações e eventual instauração de processo administrativo, cabendo à contratada apenas a análise técnica e a comunicação formal fundamentada.
- 15.8.6 Os relatórios de acompanhamento de cronograma deverão integrar o relatório técnico mensal previsto no item 5.9, contendo quadro comparativo entre previsto e realizado, indicação de desvios e análise de impacto no prazo final.
- 15.8.7 O descumprimento da obrigação de monitoramento e comunicação formal de atrasos ensejará aplicação das penalidades previstas no Capítulo 7 e eventual repercussão na medição da contratada, conforme disposto no Capítulo 8.
- 15.8.8 A comunicação formal de atraso relevante ou risco de descumprimento contratual deverá ser realizada no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da constatação técnica do fato pela contratada.
- 15.9 Gestão de riscos técnicos e contratuais**
- 15.9.1 A gestão de riscos técnicos e contratuais compreende a identificação, análise, registro e monitoramento contínuo de eventos ou circunstâncias que possam comprometer a qualidade, o prazo, o custo ou a conformidade contratual da obra da ETA III – Turvo Limpo.
- 15.9.2 A contratada deverá adotar metodologia estruturada para gestão de riscos, contemplando, no mínimo:
- 15.9.2.1 Identificação sistemática de riscos técnicos, executivos e contratuais;
- 15.9.2.2 Classificação quanto à probabilidade e impacto;
- 15.9.2.3 Avaliação de possíveis consequências no cronograma e no equilíbrio físico-financeiro;
- 15.9.2.4 Registro formal e rastreável dos riscos identificados;
- 15.9.2.5 Monitoramento periódico da evolução dos riscos.
- 15.9.3 A gestão de riscos deverá abranger, entre outros:
- 15.9.3.1 Riscos decorrentes de inconsistências de projeto;
- 15.9.3.2 Riscos de atraso em etapas críticas;
- 15.9.3.3 Riscos de incompatibilidade técnica entre disciplinas;



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

- 15.9.3.4 Riscos de inconformidade na execução;
- 15.9.3.5 Riscos de impacto financeiro relevante;
- 15.9.3.6 Riscos associados a exigências do agente financiador.
- 15.9.4 Sempre que identificado risco relevante ou potencial evento que possa gerar impacto significativo ao contrato principal, a contratada deverá comunicar formalmente a fiscalização do SAAE por meio de relatório técnico ou ofício circunstanciado, contendo descrição objetiva do risco, análise preliminar de impacto e recomendação técnica.
- 15.9.5 A gestão de riscos realizada pela contratada possui caráter técnico de monitoramento e comunicação, cabendo exclusivamente ao Município de Viçosa/MG deliberar sobre as providências administrativas, contratuais ou sancionatórias eventualmente necessárias.
- 15.9.6 A contratada deverá manter registro atualizado dos riscos identificados, de modo a subsidiar a elaboração da Matriz de Riscos contratual prevista no Anexo VIII, bem como permitir rastreabilidade e eventual auditoria por órgãos de controle.
- 15.9.7 O descumprimento das obrigações de identificação e comunicação formal de riscos relevantes ensejará aplicação das penalidades previstas no Capítulo 7 e eventual repercussão na medição, conforme disposto no Capítulo 8.
- 15.9.8 A comunicação formal de risco técnico ou contratual relevante deverá ser realizada no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da sua identificação.
- 15.10 Relatórios técnicos e gerenciais**
- 15.10.1 A contratada deverá elaborar e apresentar relatórios técnicos e gerenciais periódicos, contendo consolidação objetiva das atividades desenvolvidas no âmbito do gerenciamento e apoio à fiscalização da obra da ETA III – Turvo Limpo.
- 15.10.2 Os relatórios deverão possuir periodicidade mínima mensal, sem prejuízo de relatórios extraordinários quando demandados pela fiscalização institucional ou quando identificadas situações relevantes que justifiquem comunicação imediata.
- 15.10.3 O relatório técnico mensal deverá conter, no mínimo:
- 15.10.3.1 Síntese das atividades desenvolvidas no período;
- 15.10.3.2 Situação atual da obra, com indicação do percentual físico executado;
- 15.10.3.3 Análise do cronograma, com identificação de eventuais atrasos ou riscos;
- 15.10.3.4 Consolidação do controle físico-financeiro;
- 15.10.3.5 Registro das medições analisadas e respectivos pareceres;
- 15.10.3.6 Relação de inconformidades técnicas identificadas e providências adotadas;



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

- 15.10.3.7 Registro dos riscos técnicos e contratuais identificados;
- 15.10.3.8 Relatório fotográfico das principais frentes de serviço;
- 15.10.3.9 Indicação de pontos críticos que demandem deliberação do Município de Viçosa/MG.
- 15.10.4 Os relatórios deverão ser apresentados em meio digital, com estrutura padronizada e organização que permita rastreabilidade das informações, mantendo coerência com os registros produzidos nas atividades previstas nos itens 5.2 a 5.8.
- 15.10.5 Sempre que identificados eventos relevantes, tais como atrasos significativos, risco de impacto financeiro, inconformidades graves ou potencial descumprimento contratual, a contratada deverá apresentar relatório técnico específico ou ofício circunstanciado, independentemente do relatório mensal ordinário.
- 15.10.6 Os relatórios apresentados deverão ser submetidos à análise da fiscalização institucional do SAAE, constituindo documento comprobatório das atividades executadas para fins de medição e pagamento, conforme disposto no Capítulo 8.
- 15.10.7 A ausência de apresentação de relatório no prazo estabelecido, a apresentação incompleta ou sem fundamentação técnica adequada ensejará glosa parcial da medição correspondente ao período e aplicação das penalidades previstas no Capítulo 7.
- 15.10.8 Todos os relatórios emitidos deverão integrar o acervo documental do empreendimento, permanecendo arquivados para fins de controle interno, auditoria e eventual fiscalização por órgãos externos.
- 15.10.9 O relatório técnico mensal deverá ser protocolado junto a fiscalização do SAAE até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente ao período de referência, sob pena de aplicação de glosa proporcional, nos termos do Capítulo 8.
- 15.11 Acompanhamento de etapas críticas (montagem, testes e comissionamento)**
- 15.11.1 A contratada deverá realizar acompanhamento técnico específico das etapas críticas da obra da ETA III – Turvo Limpo, compreendendo atividades de montagem estrutural, instalação de módulos pré-fabricados, sistemas eletromecânicos, sistemas elétricos e de automação, testes operacionais e comissionamento.
- 15.11.2 Consideram-se etapas críticas, para fins deste Termo de Referência, aquelas cuja execução inadequada possa comprometer o desempenho operacional da unidade, a segurança estrutural, a eficiência do tratamento ou o prazo de conclusão do empreendimento.
- 15.11.3 O acompanhamento das etapas críticas deverá abranger, no mínimo:
- 15.11.3.1 Verificação da conformidade da montagem de estruturas modulares e unidades pré-fabricadas;





**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

- 15.11.3.2 Acompanhamento da instalação de equipamentos eletromecânicos;
- 15.11.3.3 Verificação da implantação de sistemas elétricos e de automação;
- 15.11.3.4 Acompanhamento de testes hidráulicos, elétricos e funcionais;
- 15.11.3.5 Monitoramento das atividades de comissionamento e operação assistida.
- 15.11.4 Nos casos em que houver fabricação de elementos estruturais, módulos ou sistemas fora do canteiro de obras, incluindo a ETA modular pré-fabricada, a contratada deverá realizar inspeções técnicas em fábrica para fins de verificação de conformidade e acompanhamento de medições parciais.
- 15.11.5 As inspeções em fábrica deverão ocorrer sempre que houver previsão de medição parcial de elementos ainda não instalados no local da obra, devendo a contratada:
- 15.11.5.1 Verificar a conformidade do estágio de fabricação declarado;
- 15.11.5.2 Confirmar a compatibilidade entre o avanço físico informado e o percentual de medição solicitado;
- 15.11.5.3 Registrar tecnicamente a inspeção realizada, com relatório circunstanciado e registro fotográfico;
- 15.11.5.4 Emitir parecer técnico fundamentado acerca da medição parcial apresentada.
- 15.11.6 Os custos relacionados às viagens necessárias para inspeções técnicas em fábrica encontram-se previstos na planilha orçamentária constante do Anexo I – Planilha Quantitativa deste Termo de Referência, não sendo cabível pleito adicional por deslocamentos vinculados a tais atividades.
- 15.11.7 O acompanhamento das etapas críticas não implica assunção de responsabilidade pela execução, qualidade final ou garantia dos equipamentos e sistemas instalados, permanecendo tais responsabilidades vinculadas à empresa executora da obra e aos respectivos fabricantes.
- 15.11.8 Eventuais inconformidades identificadas durante as etapas de montagem, testes ou comissionamento deverão ser formalmente comunicadas à fiscalização do SAAE, para adoção das providências administrativas cabíveis.
- 15.11.9 O descumprimento das obrigações previstas neste item ensejará aplicação das penalidades previstas no Capítulo 7 e eventual repercussão na medição da contratada, conforme disposto no Capítulo 8.

**15.12 Limites de responsabilidade técnica da contratada**

- 15.12.1 A atuação da contratada no âmbito deste Termo de Referência possui caráter técnico-consultivo e de apoio especializado à fiscalização institucional do SAAE, não implicando assunção de responsabilidade pela execução direta da obra da ETA III – Turvo Limpo.



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

15.12.2 A responsabilidade pela execução dos serviços da obra, pela qualidade construtiva, pela adequação técnica dos métodos executivos, pelo fornecimento de materiais e equipamentos, bem como pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias, ambientais e de segurança do trabalho permanece integralmente atribuída à empresa contratada para a execução da obra principal.

15.12.3 A contratada não assume responsabilidade pela autoria, concepção, dimensionamento ou desempenho final dos projetos executivos apresentados pela empresa executora da obra, limitando-se à análise técnica de compatibilidade, conformidade contratual e aderência às normas técnicas aplicáveis, nos limites das atribuições previstas neste Termo de Referência.

15.12.4 A emissão de pareceres técnicos, relatórios, comunicações formais ou recomendações pela contratada não substitui as decisões administrativas do gestor ou do fiscal do contrato da obra principal, nem implica aprovação automática de serviços executados, projetos, medições ou alterações contratuais.

15.12.5 A contratada responderá exclusivamente pelo cumprimento das obrigações expressamente previstas neste Termo de Referência, especialmente quanto à análise técnica, acompanhamento, registro e comunicação formal de inconformidades, controle físico-financeiro, gestão de cronograma e monitoramento de riscos técnicos e contratuais.

15.12.6 A eventual identificação posterior de falhas na execução da obra não implicará, por si só, responsabilidade da contratada, desde que demonstrado o cumprimento regular das obrigações de acompanhamento, análise, registro e comunicação previstas neste Termo de Referência.

15.12.7 A contratada somente poderá ser responsabilizada por danos decorrentes de sua atuação quando comprovada, em processo administrativo regular, a ocorrência de omissão dolosa, má-fé ou erro técnico grave no exercício das atribuições que lhe competiam, observados o contraditório e a ampla defesa.

15.12.8 Os limites de responsabilidade aqui estabelecidos não afastam a aplicação das penalidades previstas neste Termo de Referência e no futuro contrato, caso comprovado o descumprimento das obrigações contratuais atribuídas à contratada.

15.13 Cumprir à contratada apresentar e manter válida a garantia de execução contratual durante toda a vigência do contrato, observando as condições estabelecidas neste Termo de Referência e no Anexo V – Garantia de Execução Contratual, inclusive quanto à adequação da apólice de seguro-garantia às exigências contratuais.



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

**CLÁUSULA DEZESSEIS – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO**

16.1 O acompanhamento e a fiscalização da execução do Contrato será exercidos por meio do(s) representante(s) (denominados fiscais), designado(s) pela Secretaria requisitante, ao qual compete acompanhar, fiscalizar, conferir e avaliar a execução, bem como dirimir e desembaraçar quaisquer dúvidas e pendências que surgirem, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas, problemas ou defeitos observados, e os quais de tudo darão ciência à empresa, conforme determina o art. 117, da Lei nº 14.133/2021.

16.2 O(s) fiscal(ais) deverá observar ainda, as atribuições definidas no artigo 11, do Decreto Municipal nº 5.983/2023.

16.3 A fiscalização também contará com o controle do gestor de contrato, cujas atribuições na no presente procedimento, obedecerá ao previsto no artigo 12, do Decreto Municipal nº 5.983/2023.

16.4 A presença da Fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 da Lei nº 14.133/2021.

16.5 Além do acompanhamento e da fiscalização das obras, a Diretoria de Obras Terceirizadas, ou outro servidor devidamente autorizado poderá, ainda, sustar qualquer trabalho que esteja sendo executado em desacordo com o especificado, sempre que essa medida se tornar necessária.

16.6 A qualquer tempo, a Fiscalização poderá solicitar a substituição de qualquer membro da equipe técnica da empresa que, a seu critério, venha a prejudicar o bom andamento dos serviços.

16.7 A Fiscalização não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da empresa em razão dos serviços executados para outras entidades, sejam fabricantes e/ou técnicos.



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

16.8 A CONTRATADA providenciará e manterá Diário de Obras, onde serão anotadas todas as ocorrências, conclusão de eventos, atividades em execução formais, solicitações e informações diversas que, a critério das partes, devam ser objeto de registro.

16.9 Ao final da obra, o Diário referido será de propriedade da Administração do Município de Viçosa, a ser anexado aos autos do processo administrativo licitatório, para fins de comprovação da execução da obra e fiscalização.

16.10 O fiscal de obras anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução dos serviços, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

16.11 Considerando a relevância social da obra objeto do presente edital, contratada deverá manter no local da obra, durante a sua execução, 01 (um) engenheiro residente em tempo integral, inscrito no CREA da região competente, que na ausência do responsável técnico, se não for o próprio, irá representá-la sempre que for necessário.

16.12 Os materiais necessários para o cumprimento do objeto do edital deverão ser transportados em veículos que não comprometam a qualidade dos mesmos.

16.13 Qualquer alteração de projeto ou necessidade de serviço extraordinário deverá ser solicitado por escrito ao fiscal do contrato e somente alterado e/ou executado mediante a autorização prévia e escrita do fiscal e do gestor do contrato e aditamento contratual, conforme o caso.

16.14 A CONTRATADA deverá providenciar e apresentar ao Fiscal da Obra todos os documentos pertinentes à execução da obra, em especial:

- a) Anotação de Responsabilidade Técnica junto ao CREA/MG, para a execução da obra objeto do presente edital, a ser entregue no prazo máximo de 7 (sete) dias após o recebimento da Ordem de Serviços;
- b) Diário de obra, conforme modelos constantes dos anexos VI-A e VI-B, da Instrução Normativa Nº. 09/2003 do TCE/MG;
- c) Boletins de medição, conforme anexo VII da I.N. Nº. 09/2003 do TCE-MG.



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

16.15 Havendo necessidade de alterações na planilha originária da licitação, a obrigação principal para realizar tais alterações é do setor responsável pela elaboração da referida planilha, por possuir maior expertise em alterar o seu próprio trabalho inicialmente desenvolvido. Em caso da negativa do encarregado pela elaboração, **que deverá fundamentar o motivo de não fazer as alterações**, cabe ao fiscal e/ou gestor do contrato, ou a própria diretoria de obras terceirizadas, diligenciar no sentido de efetivar tais alterações quando necessárias.

16.16 A Prefeitura será reservada o direito de rejeitar no todo ou em parte os serviços prestados, se em desacordo com o Contrato e/ou especificações do fabricante, devendo a empresa refazer ou substituir as partes que apresentarem defeitos, sem ônus adicionais ao município.

16.17 As decisões e providências que ultrapassarem a competência da gestão e fiscalização serão encaminhadas à autoridade competente da Prefeitura para adoção das medidas convenientes, consoante disposto no § 2º, do art. 117, da Lei nº. 14.133/2021.

**CLÁUSULA DEZESSETE – DOS MATERIAIS EMPREGADOS NA OBRA:**

17.1. A CONTRATADA obriga-se a empregar na execução da obra, materiais de primeira qualidade/linha, comprovadamente de superior qualidade, e que contenham as características exigidas nas especificações e projetos.

17.2. A utilização pela CONTRATADA de materiais similares aos preconizados pelo CONTRATANTE no Projeto Básico somente poderá ocorrer no caso de emprego de materiais com qualidade igual ou superior a estes, do ponto de vista de suas características físicas e estéticas, e após aceitação expressa e por escrito da fiscalização.



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

**CLÁUSULA DEZOITO – DOS ENCARGOS**

18.1. A CONTRATADA fica responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais, resultante da execução do presente contrato, devendo apresentar cópia (s) da ART (Anotação de Responsabilidade Técnica), no CREA - MG e da matrícula da obra objeto desta Concorrência Pública no INSS, à Diretoria de Obras Terceirizadas, até a emissão da Ordem de Serviços.

18.2. A CONTRATADA assume toda responsabilidade por qualquer inobservância de normas legais relativas à proteção ambiental, correspondente a execução do objeto deste processo licitatório.

**CLÁUSULA DEZENOVE – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX):**

19.1. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

19.2. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

19.3. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação da CONTRATADA pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

19.4. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

19.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

19.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

19.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

19.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

19.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

19.6.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

19.6.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

19.6.3. Indenizações e multas.

19.7. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

19.8. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**CLÁUSULA VINTE – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

20.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas federais aplicáveis, Decreto Municipal nº 5.983/2023 e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

20.2. Havendo contradições entre cláusulas deste Contrato e disposições específicas do Edital, aplica-se, em regra, as disposições do Edital, desde que seja mais benéfico à Administração.

20.3. Havendo contradições entre cláusulas deste Contrato e disposições específicas do Projeto Básico, aplica-se, em regra, as disposições que sejam mais benéficas à Administração.



**MUNICÍPIO DE VIÇOSA**  
**Secretaria de Administração**  
**Departamento de Material, Compras e Licitações**  
**Comissão Permanente de Licitações**

---

20.4. A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

**CLÁUSULA VINTE E UMA – DO FORO:**

21.1. É absolutamente competente o foro da Comarca de Viçosa para dirimir as questões resultantes deste contrato.

E, por assim haverem acordado, declaram ambas as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente contrato, bem como observar fielmente outras disposições legais e regulamentares sobre o assunto, firmando-o em três vias, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

**Viçosa, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.**

**CONTRATANTE**

**CONTRATATA**